

PL 64 – BOLSA COMPLEMENTAR PARA O PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Tendo como argumento “aperfeiçoar ainda mais a prestação de serviços de saúde à população”, o Executivo traz a esta Casa o Projeto de Lei 64/2014, que vai conceder Bolsa Complementar de R\$ 3.000,00 para custar as despesas dos médicos integrantes do Programa Mais Médico.

Com esse programa, o governo quer convencer a população que encontrou a solução para um problema que se tornou ainda mais crônicos nos últimos anos. Anunciado no calor das manifestações populares do ano passado, de forma imediatista, apressada, o programa vem tropeçando em questões jurídicas, trabalhistas, tributárias e até ferindo a Constituição brasileira.

O governo Federal poderia ter dado um grande passo na Saúde, mas perdeu o bonde da história – não por descuido, mas por opção própria – ao barrar o artigo da PEC 37 que destinaria 10% do PIB para a área, e elevaria o Orçamento do Ministério da Saúde para nada menos que R\$ 42 bilhões – ou seja Orçamento equivalente ao da cidade de São Paulo. Ao barrar a PEC 37, o Governo federal continua sem teto fixo para destinar à Saúde. Em 2013, por exemplo, limitou-se a repassar apenas 6,5%. Esse aperto afeta diretamente o atendimento no SUS, pois sem dinheiro paga-se apenas metade do valor dos procedimentos médico, o que tem levado os hospitais à beira da falência.

O governo ainda não se convenceu de que a melhoria na Saúde passa, necessariamente, por aperfeiçoamento da gestão pública e mais investimentos para criar ou melhorar a infraestrutura mínima.

Uma auditoria inédita do Tribunal de Contas da União, divulgada na semana passada, confirma o que todos nós já sabemos e os cidadãos que dependem do sistema público de saúde sentem na pele. O mau atendimento à população, além da falta de médicos, tem como causas também a falta de medicamentos, a falta de insumos hospitalares, como gase e atadura (por falha nas licitações), e falta de equipamentos básicos como monitores e ventiladores pulmonares. Quando há esses equipamentos, muitos estão completamente obsoletos ou sem manutenção. Além disso, 1 em cada 10 unidades não tem computador, o que contribui ainda mais para a demora nos serviços.

A auditoria do TCU também concluiu que o atendimento à população piorou nos últimos anos. Em 1995, o Brasil tinha, em média, 3,22 leitos por 1.000 habitantes, mas em 2010 esse índice caiu para 2,63, ou seja, uma queda de 18%. **Só na gestão da presidente Dilma Rousseff, o SUS perdeu nada menos que 11.500 leitos entre os anos de 2010 para 2013.** Essa redução ocorreu em todos os tipos de internação, conforme a auditoria do TCU. O resultado é óbvio: mais demora no atendimento, aumento de falta de vagas e maior superlotação dos hospitais públicos, sobretudo no setor de emergência.

A vinda de médicos estrangeiros sem a necessidade de revalidar o diploma para comprovar se estão ou não qualificados é no mínimo temerosa e vai expor justamente a

população mais pobre aos riscos de profissionais de formação duvidosa. Chega a ser cômica a decisão do Ministério da Saúde, na semana passada, de selecionar 41 médicos comunitários brasileiros recém-formados na Venezuela, que não cumprem os requisitos do próprio Ministério da Saúde. Todos esses profissionais se formaram pela Escola Latino-Americana de Medicina Dr. Salvador Allende, criada em 2007 pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez.

O grupo selecionado não atendeu nem a exigência da profissão prevista na Lei de Exercício da Medicina na Venezuela, que é a atuação como médico rural ou dois anos de internato. Sem isso, o ministro do país vizinho não assina o diploma, e os formados nem podem fazer pós-graduação ou medicina privada. “São médicos incompletos”, segundo disse para o jornal Folha de São Paulo, o presidente do Colégio Médicos de Caracas.

As irregularidades beiram a chacota com o povo brasileiro. A tal da Escola Latino-Americana não está inscrita no Ministério de Educação Universitária da Venezuela e o diploma dos brasileiros é da Universidade Nacional Experimental Rómulo Gallegos, em San Juan de los Morros, a 180 km de Caracas. Mas todos já foram designados para atender em cidades de 14 Estados, incluindo sete de São Paulo.

É uma situação no mínimo estranha, pois conforme apurou o jornal a maioria dos selecionados é ligada a organizações como o PT e o MST. Chega ao absurdo o fato desse descumprimento de exigências ir contra o edital de contratação do Mais Médicos, que exige dos médicos brasileiros formados em outros países a comprovação da habilitação para

exercício da medicina no exterior. Com isso, o Programa Mais Médico mostra que encara a população que mais necessita dos serviços públicos, que depende da rede pública de Saúde, como cidadãos de segunda categoria.

Essa pressa também do governo federal em tentar responder às manifestações populares pode ainda custar muito mais caro ao nosso País. A Secretaria da Receita Federal já alertou o Governo de que o pagamento dos médicos cubanos com a chancela de "bolsa-formação" na verdade constitui salário e como tal precisa recolher INSS de 11% pelos contratados e de 20% pelo contratante. Com isso, a despesa mensal de cada médico subiu de imediato de R\$ 10 mil para R\$ 12 mil.

Além disso, como se trata de salário, há incidência de todos os encargos sociais (FGTS, seguro acidente do trabalho, descanso semanal remunerado, férias, abono, aviso prévio) que totalizam 102,43% do salário – ou seja, cada médico cubano poderá passar a custar R\$ 25.229,16. Os gastos de R\$ 511 milhões previstos pelo governo federal para contratar 4 mil médicos cubanos por quatro anos, subirão mais de R\$ 1 bilhão só para essas novas despesas. E não estão nessa conta os gastos que precisam ser bancados pelos municípios, como este que está no PL colocado hoje em votação nesta Casa.

Como se vê, a conta pode ser muito mais alta e vai demandar recursos que poderiam ser aplicados na própria solução do problema da saúde em prazo médio e de maneira mais eficaz. Por fim, o governo federal fecha os olhos para o fato de o Programa Mais Médico arranhar a Constituição Brasileira ao permitir que os médicos cubanos assinem contrato

de trabalho em Cuba, mas que rege o trabalho em nosso país.
Aceitar isso é desprezar a soberania do Brasil.

O Programa Mais Médicos só reforça a máxima popular:
“Quem gasta mal, gasta mais”.